

AGROINDÚSTRIA

ANÁLISE DA COMPETITIVIDADE INTERNACIONAL DO SISTEMA AGROINDUSTRIAL DO CAJU BRASILEIRO

Francisco Mavignier Cavalcante

França

*Mestre em Economia Rural pela
Universidade Federal do Ceará (UFC) e
Gerente da Área de Desenvolvimento do
Banco do Nordeste*

Eveline Barbosa Silva Carvalho

*Mestre em Economia Rural pela UFC e
Técnica do Banco do Nordeste*

RESUMO:

É uma tentativa de situar o sistema agroindustrial do caju brasileiro frente ao mercado internacional da amêndoia e mostrar a tendência mais provável desse sistema face à forte concorrência que se vem acelerando. Apresentadas as oportunidades e as ameaças nos vários elos do agribusiness do caju e, com base nessas evidências, são apresentados três cenários: um pessimista, onde se mostra que se a atividade permanecer no *status quo*, ela tende a contrair-se fortemente; o segundo prevê sua permanência no estágio atual, o que requer modernização e forte articulação entre os agentes formadores de cadeia; o terceiro cenário, menos provável de ocorrer, é aquele em que deverá haver um esforço global, à semelhança do que ocorreu quando da grande expansão da cajucultura regional, na década de 70. Para tanto, porém, deverá ser levada em conta a eficiência e a eficácia técnica, econômica e social.

PALAVRAS-CHAVE:

Caju; Mercado Internacional;
Competitividade; Brasil-Região Nordeste.

1 INTRODUÇÃO

A cajucultura brasileira é uma inestimável fonte de divisas para o País. Uma prova disso é que, só em 1992, gerou receitas cambiais da ordem de US\$ 155 milhões.

Praticamente, toda a produção de castanha *in natura* sua industrialização, e a exportação da amêndoia (ACC) e do líquido da casca da castanha (LCC) restringe-se ao Nordeste. O Brasil é o segundo maior produtor mundial de castanha *in natura* e exportador de ACC. De LCC é o principal produtor e exportador.

A suspensão dos instrumentos governamentais de apoio ao setor e a entrada de inúmeros países concorrentes mais competitivos ao lado da nova realidade da economia mundial, ensejaram para a cajucultura brasileira um futuro incerto.

O presente ensaio é uma tentativa de situar o sistema agroindustrial do caju brasileiro na economia internacional dessa amêndoia e mostrar a tendência mais provável desse sistema, frente à forte concorrência que se vem acelerando.

São apresentadas as oportunidades e as ameaças nos vários elos do *agribusiness* do

caju e, com base nessas evidências, são apresentados três cenários: um pessimista, onde se mostra que se a atividade permanecer no *status quo*, tenderá a contrair-se fortemente; o segundo é de permanência no estágio atual, o que requer modernização e forte articulação entre os agentes formadores de cadeia; o terceiro cenário, menos provável de ocorrer, é aquele em que deverá haver um esforço global, à semelhança do que ocorreu quando da grande expansão da cajucultura regional, na década de 70. Para tanto, deverão ser levadas em conta a eficiência e a eficácia técnica, econômica e social.

2 CARACTERIZAÇÃO E EVOLUÇÃO DA CAJUCULTURA DO BRASIL

Segundo LIMA⁽¹⁰⁾, o cajueiro *Anacardium occidentale*, *L* é uma planta arbórea cujo centro de origem mais provável foi o litoral do Nordeste do Brasil. Somente com o surgimento da II Guerra Mundial é que se começou a vislumbrar seu potencial econômico. Nas décadas de 60/70, no entanto, é que houve grande expansão da área plantada e da capacidade instalada de indústrias para seu beneficiamento, decorrente dos incentivos fiscais e de subsídios oferecidos pelo Governo.

TABELA 1
Evolução da produção mundial de castanha de caju

REGIÕES PRODUTORAS	MÉDIA 1969-1971		MÉDIA 1979-1981		MÉDIA 1989-1991		ANO DE 1991	
	PRODUÇÃO	%	PRODUÇÃO	%	PRODUÇÃO	%	PRODUÇÃO	%
ÁSIA E OCEANIA	61.000	15,0	145.700	37,3	229.500	48,7	262.000	45,5
Índia	61.000	15,0	127.500	32,7	135.000	28,6	140.000	24,3
Outros1	-	-	18.200	4,7	94.500	20,1	122.000	21,2
ÁFRICA	319.000	78,3	157.500	40,4	114.800	24,4	120.000	20,9
Moçambique	174.000	42,7	87.500	22,4	25.000	5,3	30.000	5,2
Tanzânia	116.000	28,5	48.500	12,4	21.000	4,5	20.000	3,5
Quênia	24.000	5,9	16.500	4,2	10.300	2,2	8.500	1,5
Outros2	5.000	1,2	5.000	1,3	58.500	12,6	61.500	10,7
AMÉRICA LATINA	27.500	6,7	87.000	22,3	127.000	26,9	193.000	33,4
Brasil	27.500	6,7	69.700	17,9	110.000	23,3	175.000	30,3
Outros3	-	-	13.300	4,4	17.000	3,6	18.000	3,1
TOTAL MUNDIAL	407.500	100,0	390.200	100,0	471.300	100,0	575.000	100,0

FONTE: NOMISMA⁽¹¹⁾.

(1) China, Indonésia, Malásia, Filipinas, Tailândia, Camboja, Vietnã, Sri Lanka, Austrália, Papua Nova Guiné.

(2) Benin, Guiné-Bissau, Costa do Marfim, Madagáscar, Nigéria e Togo.

(3) Colômbia, Costa Rica, Honduras, El Salvador, Guatemala, Panamá e Venezuela.

Segundo NOMISMA⁽¹¹⁾, em nível mundial, os principais produtores no ano de 1991 foram: Brasil (30,3%), Índia (24,3%), Indonésia (6,17%), Vietnã (6,1%) e Nigéria (5,2%).

Analizando-se a TABELA 1, verifica-se uma acentuada tendência no crescimento da produção mundial, a partir do final da década de 80. Nesse sentido, constata-se que, nos triênios de 1969-1971 e 1979-1981, a produção mundial ficou em torno de 400 mil t; já no triênio 1989-1991, a produção aumentou para 471 mil t. Em 1991, por sua vez, a produção obtida foi de 575 mil t.

Essa tendência ascendente foi decorrente da produção brasileira, que passou de 17,9% em 1979-1981, para 30,3%, em 1991, bem como do surgimento de países produtores emergentes, tais como: Indonésia, Vietnã, Nigéria, Austrália, Guiné-Bissau, Tailândia e Filipinas. Esse grupo de países produziu 156 mil t em 1991, com forte tendência a aumentar ainda mais esse nível de produção.

A produção do Brasil, que bateu o recorde em 1991 com 175 mil t de castanha *in natura*, jamais obterá este nível no curto e médio prazos visto que nos anos de 1992 e 1993 alcançou tão-somente 96 e 52 mil t, respectivamente (FIGURA 1).

Segundo estimativas da FUNDAÇÃO IBGE⁽⁸⁾, a área plantada (1994) permitirá um volume de produção de no máximo 140 mil t de castanha, desde que as condições climáticas e sanitárias sejam favoráveis.

Esse quadro pessimista decorreu da grande mortandade de cajueiros ($\pm 30\%$), provocada pelas secas ocorridas no início da década de 90, em especial da de 1993, considerada a maior do século.

No Brasil, o cajueiro é encontrado em unidades da Federação, sendo a Região Nordeste responsável por 99,7% da produção nacional. Assim, a importância econômica da cajucultura restringe-se apenas ao Nordeste e, nesta Regi-

ão, em termos de produção, destacaram-se, no ano de 1991, apenas os estados do Ceará (43,2%), Rio Grande do Norte (32,3%) e Piauí (24,5%). “A área colhida e o valor bruto da produção com caju (castanha e pedúnculo) representaram, respectivamente, 2,7 e 3,0% do total das lavouras do Nordeste em 1984-1986” (FRANÇA, 1992)⁽⁶⁾.

A FIGURA 1 mostra que a produção e o rendimento de castanha de caju são bastante instáveis, como consequência das freqüentes irregularidades climáticas, da incidência de pragas, das incertezas do mercado e da confusa política agrícola e industrial do País.

A comprovação da evidência exposta no parágrafo anterior é dada pela evolução da produção, área colhida e produtividade entre os triênios de 1975-1977 e 1991-1993.

Nesse período, a área colhida cresceu 7,2 vezes e a produção 2,3, enquanto o rendimento caiu 49%. Considerando que esse desempenho

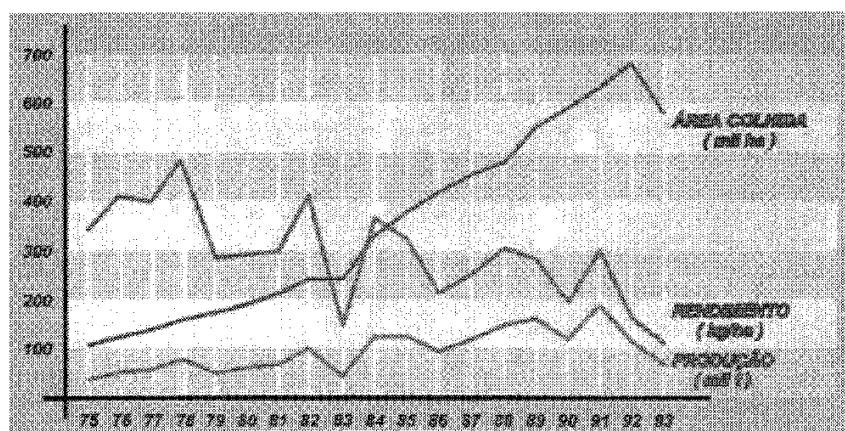


FIGURA 1 - Evolução da produção, área e rendimento de caju no Brasil 1975-1993.
FONTE: FUNDAÇÃO IBGE⁽⁸⁾.

não-sustentável tende a perpetuar-se, urge que se busquem medidas que revertam a situação.

“O parque industrial de beneficiamento do caju (castanha + pedúnculo) é expressivo. São 24 unidades de beneficiamento de castanha, com uma capacidade instalada capaz de processar 264 mil t/safra. Para beneficiamento do pedúnculo, objetivando a produção de suco, são oito unidades fabris, cuja capacidade instalada permite processar 80 mil t/safra” (FRANÇA, 1992)⁽⁷⁾.

Os produtos originários da castanha de caju são a amêndoia (ACC), que é o mais nobre e de

maior significado econômico, e o líquido da casca da castanha (LCC) que, em termos de valor monetário, corresponde a aproximadamente 5% das divisas geradas pela amêndoia.

Do pedúnculo, é maior a variedade dos produtos finais que são demandados, exclusivamente, pelo mercado interno. Alguns desses derivados originam-se de uma boa estrutura industrial (suco integral, néctar, cajuína, doces, refrigerante e aguardente); outros são marcadamente artesanais (mel, vinagre, xarope e licor); e, em nível de pesquisa, destacam-se a farinha e o pó do pedúnculo e o caju-ameixa.

“São mais de 500 mil empregos temporários gerados durante o período de maior concentração da colheita da castanha (out-dez) e 18 mil empregos diretos criados pelas unidades de beneficiamento da castanha e do pedúnculo” (FRANÇA, 1992)⁽⁷⁾.

Na década de 80 e início da de 90, a cajucultura brasileira sofreu dois grandes choques. O primeiro foi a extinção dos incentivos fiscais e dos subsídios, responsáveis pela consolidação e expansão de sua cajucultura. Paralelamente, a atividade sofreu em demasia com os efeitos das secas e com a incidência de pragas. Foram seis anos de seca (1980, 1981, 1983, 1990, 1992 e 1993), um ano com excessiva irregularidade pluviométrica (1977) e outro com forte incidência de pragas nos cajueirais (1986).

Além dos grandes obstáculos à expansão e modernização da cajucultura nordestina, os preços pagos aos produtores caíram a níveis jamais verificados na história da cajucultura nacional. Em 1980 o quilo da castanha pago ao produtor equivaleria, em 1993, a US\$ 1.53 e em 1989 atingiu seu nível mais baixo que foi, o preço de 1993, de US\$ 0.26. No ano de 1991, a cotação média da castanha *in natura* foi de US\$ 0.50 (FIGURA 2).

Em 1993, houve uma expressiva melhoria nos preços pagos ao produtor, uma vez que atingiu a cifra de US\$ 0.70, em razão da queda da produção de 70% em relação à de 1991. As estimativas contidas em NOMISMA⁽¹¹⁾ revelam que no mercado internacional a cotação da amêndoia *in natura* é, em média, 40% superior às praticadas no Brasil.

A melhoria nos preços da castanha para o produtor, a partir de 1990 (FIGURA 2), foi decorrente, sobretudo, da forte pressão dos produtores e da abertura do mercado para a exportação da castanha *in natura*.

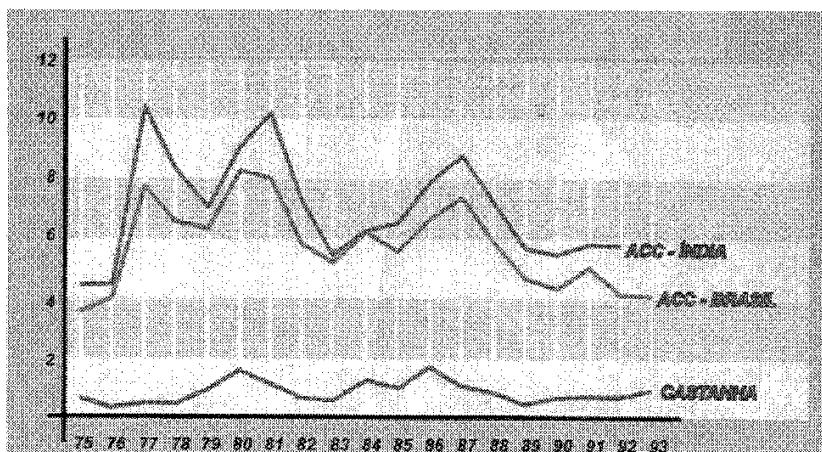


FIGURA 2 - Preços da castanha, a nível de produtor, no Brasil e da ACC exportada pelo Brasil e pela Índia 1975-1993.

FONTE: DECEX - BANCO DO BRASIL, EMATER, EDIBLE NUT MARKET REPORT, CASHEW BULLETIN e NOMISMA.

Evidência relevante contida na FIGURA 2 é a diferença entre os preços da ACC exportada pelo Brasil e pela Índia, cujo diferencial, a favor do maior concorrente do Brasil, gira em torno de 20%, em decorrência da melhor qualidade da amêndoia daquele país e da sua melhor estrutura de comercialização externa, em relação ao Brasil.

Outra constatação relevante é a forte tendência na queda das cotações de ACC do Brasil e da Índia, consequência da maior oferta mundial de castanha a preços mais competitivos. Estima-se que este patamar de preços se estabilize na faixa de US\$ 4.00 a 5.00 por quilo.

Com a queda nos preços internacionais da amêndoaa a partir de 1988, as exportações mundiais de ACC ultrapassaram o histórico patamar de 70 mil t/ano. Para os próximos anos, vislumbra-se um crescimento de demanda por ACC ainda maior do que o verificado atualmente, em função do fim da recessão nos E.U.A., do ajustamento da economia do Leste Europeu e, principalmente, dos preços mais baixos. A propósito, o *INTERNATIONAL NUT COUNCIL*⁽⁹⁾ registra que, nos anos de 1991 e 1992, a demanda mundial por ACC já aumentou para, respectivamente, 100 e 110 mil t.

Segundo NOMISMA⁽¹¹⁾, em 1990 o Brasil foi o segundo maior exportador de ACC do

TABELA 2
BRASIL - Quantidade* (t) e valor (US\$** - FOB) das exportações de
ACC-crua, ACC-torrada e de LCC, 1980-1993

Anos	ACC-CRUA		ACC-TORRADA		LCC	
	Quantidade (t)	Valor US\$ MIL	Quantidade (t)	Valor US\$ MIL	Quantidade (t)	Valor US\$ MIL
1980	13.507	110.070	19	301	7.843	12.278
1981	15.544	123.445	16	225	11.040	6.248
1982	17.261	99.002	2	18	6.683	2.007
1983	19.315	98.360	7	67	14.464	4.225
1984	14.770	90.310	62	443	20.110	8.379
1985	24.965	136.417	17	137	19.212	7.587
1986	21.545	140.489	-	-	21.326	8.035
1987	15.223	109.632	-	-	15.241	8.700
1988	23.392	134.208	-	-	-	-
1989	27.452	123.596	23	107	20.504	6.975
1990	27.062	110.713	16	98	26.304	8.588
1991	24.169	115.952	70	574	17.005	5.192
1992	38.135	149.611	83	391	22.007	5.537
1993	31.218	119.876	118	589	22.932	3.141

FONTE: DECEX - Banco do Brasil S.A.

* Segundo FRANÇA⁽⁷⁾, no Brasil o rendimento médio no processo de industrialização da castanha *in natura* é de 22% de amêndoas, enquanto que na Índia é de 25%.

** Preços corrigidos com IPA-DI dos E.U.A. (*Wholesale Price*), 1993 = 100

mundo, contribuindo com 30% da oferta global. O primeiro lugar é ocupado pela Índia com 52%, em razão de ser um país grande produtor e importador de castanha *in natura* para beneficiamento interno.

Os dados expostos na TABELA 2 mostram que as exportações de ACC crua foram crescentes no Brasil, enquanto NOMISMA⁽¹¹⁾ mostra que tem sido decrescente, em termos relativos, se comparada em nível mundial. Já as exportações da ACC industrializadas foram pouco significativas, vez que atingiu apenas 118,0 t em 1993. O aumento das exportações desse produto seria uma ótima alternativa para gerar mais emprego e

renda no Nordeste, visto que exigiria uma maior agregação do valor ao produto.

As exportações do LCC têm sido superiores a 22 mil t, muito embora os preços sejam baixos e irregulares. O LCC que é exportado "em bruto" se constituiu uma possível alternativa para ajudar a soerguer a cajucultura, por meio da industrialização interna do referido óleo.

Os principais países importadores de amêndoaa brasileira são os Estados Unidos da América (80%), Canadá (7,5%) e Holanda (4,5%). No entanto, o total de parceiros do Brasil nesse mercado era 40, ao longo do período de 1981-1985, caindo para 28 no período mais recente (1986-1989).

Assim como a amêndoaa da castanha de caju, a oferta de LCC para o mercado externo gira em torno de 90% da produção nacional. No ranking mundial, o Brasil se colocou em 1990 como o maior exportador, com 81% da oferta mundial, seguido pela Índia. Os maiores importadores de LCC brasileiro, em 1990, foram: E.U.A., com 50,5%; Reino Unido, com 25,8%; e Japão, com 10,0%.

3 OPORTUNIDADES E AMEAÇAS À COMPETITIVIDADE DO CAJU

Neste capítulo, serão apontadas as ameaças e as oportunidades do negócio "Caju" em seus segmentos de apoio agrícola, industrial, de distribuição e de consumo. O enfoque de cadeia agroalimentar é dado, tendo em vista a facilidade de identificação dos pontos fortes e fracos nos vários elos da cadeia.

3.1 SEGMENTO DE APOIO

3.1.1 Oportunidades

- a) a Região Nordeste é sede do Centro Nacional de Pesquisa de Agroindústria Tropical da EMBRAPA;
- b) oferta na região produtora de insumos e equipamentos para todos os segmentos da cadeia produtiva;
- c) oferta de mudas enxertadas de cajueiro de alto valor genético;
- d) existência de razoável infra-estrutura econômica e social nas regiões produtoras e nos pólos de beneficiamento do caju;
- e) existência de grande número de produtores e de técnicos especializados em cajucultura;
- f) existência de estudos técnicos nos vários segmentos de cadeia, realizados por inúmeros centros de pesquisa e universidades do País e do exterior;
- g) existência de indústrias emergentes de equipamentos para unidades de beneficiamento de pequeno porte;
- h) oferta de recursos financeiros não-subsidiados a todos os elos da cadeia produtiva: pesquisa, gestão administrativa, informatização, produção de mudas, plantação de cajueiros, agroindústria de beneficiamento e indústria de equipamentos e insumos;
- i) a Região conta com um razoável sistema de informação de preços.

3.1.2 Ameaças

- a) precária difusão das pesquisas existentes por parte dos órgãos de assistência técnica e de extensão rural;
- b) inocuidade da política de preços mínimos do Governo;
- c) oferta insuficiente de recursos para financiamento da “cadeia do caju”;

d) elevados custos de transporte dos centros produtores para os pólos de beneficiamento da castanha;

e) ausência de *marketing* interno e externo para os produtores de caju;

f) falta de treinamento dos agentes do negócio “Caju”, em capacitação empresarial e em técnicas de negócio centrado no enfoque do *agribusiness* e da competitividade internacional.

3.2 SEGMENTO AGRÍCOLA

3.2.1 Oportunidades

- a) abundância de material genético, em razão de ser o Brasil berço do cajueiro;
- b) grande disponibilidade de áreas vocacionadas para o cultivo do caju, onde o preço da terra é relativamente baixo;
- c) disponibilidade de mão-de-obra nas zonas produtoras na época da coleta da castanha;
- d) existência de um elenco de tecnologias suficientes, capazes de reverter a situação de estagnação da cajucultura em bases modernas e competitivas;
- e) revigoramento do cooperativismo regional encetado pelo Banco do Nordeste do Brasil, por meio do Fundo Constitucional de Financiamento do Nordeste (FNE);
- f) reorientação dos estabelecimentos cajucultores, para diversificação de atividades agrícolas e pecuárias e integração com agroindústria de beneficiamento do caju e com negócios não-agrícolas.

3.2.2 Ameaças

- a) incidências de secas, pragas e doenças nas regiões produtoras mais expressivas, tornando a oferta de castanha instável, o que prejudica o cumprimento dos contratos de exportação;
- b) entrada, nos últimos cinco anos, de mais de dez países concorrentes, cuja produção de castanha já representa 30% do total mundial. Segundo NOMISMA⁽¹¹⁾, a entrada desses países na atividade foi fomentada por órgãos internacionais de apoio ao desenvolvimento de países pobres que saíram de regimes colonialistas, ditatoriais e de guerras. A ameaça dos países emergentes ao Brasil está alicerçada na introdução da cultura de forma sustentável, e nas boas condições de solo e clima (ausência de secas), uso de tecnologia adequada, capacitação dos produtores, integração com a indústria e mercado consumidor expressivo (tigres asiáticos e Europa);
- c) preços pagos aos produtores, pela castanha *in natura*, são instáveis e pouco remuneradores;
- d) drástica queda nos níveis de produtividade, que sempre foram baixos, se comparados aos dos países concorrentes, cuja média é de 500 kg/ha. A Austrália, em particular, está obtendo de 4.000 a 5.000 kg/ha de caju, sob irrigação (NOMISMA, 1994)⁽¹¹⁾;
- e) plantios existentes realizados com material genético de qualidade inferior e tratamentos culturais inadequados, além do fato de terem sido usadas áreas inaptas para o cultivo do caju e da não renovação dos cajueiros com mais de 25 anos. Por tudo isso, é marcante a grande senilidade dos plantios, o que contribuiu para que cerca de 62% das plantas produzam abaixo de 4kg de castanha por ano, sendo esses cajueiros responsáveis por apenas 30% da produção (CNPCA *apud* FRANÇA, 1988)⁽⁷⁾;
- f) baixíssimo nível tecnológico dos pomerens e até mesmo abandono de muitos deles, fatos verificados nestes últimos anos em função, sobretudo, dos baixos preços da castanha, que não foram se-

quer suficientes para cobrir os custos com sua coleta;

- g) falta de uma política agrícola adequada no País e a crônica instabilidade econômica;
- h) morte de mais de 30% dos plantios, em decorrência da seca de 1993 (estimativa da FUNDAÇÃO IBGE, 1994)⁽⁸⁾.

3.3 SEGMENTO INDUSTRIAL

3.3.1 Oportunidades

- a) estrutura industrial grande geradora de emprego (LIMA, 1988)⁽¹⁰⁾;
- b) início do processo de interiorização da indústria de beneficiamento de castanha feito em cooperativas de pequenos produtores;
- c) possibilidade de agregar maior valor à amêndoas, torrando-a e salgando-a para venda direta às grandes redes de distribuição varejistas do Brasil e do exterior;
- d) potencial ainda não totalmente explorado da industrialização do pedúnculo e do LCC (SOARES, 1986)⁽¹²⁾;
- e) elevada capacidade instalada das indústrias de beneficiamento da castanha e do pedúnculo;
- f) importação de matéria-prima (castanha), como forma de reduzir-se a ociosidade das indústrias e obter-se maior competitividade no mercado externo.

3.3.2 Ameaças

- a) gigantismo e obsoletismo das poucas instalações industriais existentes;
- b) alto índice de amêndoas quebrada (50%) e qualidade da ACC inferior à obtida (NOMISMA, 1994)⁽¹¹⁾;
- c) recursos limitados das linhas de financiamento existentes e de alto custo para investimento industrial e capital de giro;

- d) no Brasil é onde os custos com mão-de-obra são os mais elevados: quatro vezes superiores aos da Índia (FIEC/SINDICAJU, 1993)⁽⁴⁾;
- e) custos com transporte marítimo superiores aos da Índia (FRANÇA, 1988)⁽⁷⁾;
- f) o modelo de exploração industrial dos países concorrentes é caracterizado pelo pequeno tamanho das inúmeras unidades fabris, pela interiorização das indústrias e pela integração dos produtos com os beneficiadores finais e exportadores (*CASHEW BULLETIN*)⁽¹⁾;
- g) gestão deficiente das indústrias, frente à conjuntura atual da economia internacional.

3.4 SEGMENTO DE DISTRIBUIÇÃO E CONSUMO

3.4.1 Oportunidades

- a) importância do Brasil como grande produtor e exportador mundial de ACC e LCC e de outros produtos agrícolas;
- b) o preço de um quilo de ACC inteira no mercado varejista europeu é, em média, de US\$ 30.00, enquanto na Bolsa de Londres atinge US\$ 5.30 e no mercado interno regional alcança US\$ 5.00 (*COMMODITY WEEK*)⁽²⁾ e pesquisa realizada pelos autores);
- c) o negócio “Caju” é grande gerador de divisas;
- d) a ACC é consumida por países de elevada renda *per capita*, sendo um bem inelástico ao preço e superior em relação à renda, com demanda insatisfatória;
- e) existência de muitos usos nobres para os derivados do caju (amêndoas, LCC e pedúnculo);
- f) necessidade da doação do ISSO 9.000, para tornar a ACC brasileira mais competitiva;
- g) possibilidade de criação de escritórios comerciais nos principais mercados consumidores, para que o Brasil tenha controle sobre os canais de comercialização da ACC e do LCC;
- h) a ACC é considerada um produto exótico, saudável (é a rainha das amêndoas) e, por isso, é a mais cara;
- i) para determinados produtos finais, o LCC é matéria-prima praticamente in-substituível, no nível tecnológico atual;
- j) mercado interno potencial extraordinário para os produtos derivados do caju, sobretudo o suco.

3.4.2 Ameaças

- a) mercado interno insignificante para ACC e LCC e externo altamente concentrado;
- b) redução dos preços da ACC brasileira nos últimos anos;
- c) aumento da concorrência com a Índia, a partir da queda no consumo da União Soviética, e com a entrada em cena dos países emergentes;
- d) falta de conhecimento e domínio sobre os canais de comercialização no exterior;
- e) recrudescimento do protecionismo internacional de um modo geral e, em particular, com o Brasil, que vem aumentando sua participação nas exportações internacionais de produtos agrícolas;
- f) relações conflituosas entre os agentes do segmento agrícola e industrial decorrentes da falta de integração dos agentes do *agribusiness* do caju;
- g) exportação da ACC e do LCC semi-industrializado e baixo aproveitamento do pedúnculo;
- h) mecanismos de sustentação de preços elevados da ACC no mercado externo, o que incentiva a entrada de outros países na produção de castanha e substituição de ACC por outras amêndoas;
- i) o Brasil não é formador de preço apesar de responder por 30% da oferta mundial;
- j) pouco conhecimento, por parte dos agentes do sistema, dos vários segmentos da cadeia, interna e externamente;
- k) desequilíbrio entre os preços internos e externos da castanha *in natura*, que pode de-

sorganizar a cadeia produtiva interna, a partir da abertura indiscriminada do mercado;

- l) grande oscilação dos preços internacionais, com tendência à queda por força da maior concorrência provocada pelos países produtores emergentes;
- m) as amêndoas concorrentes da ACC têm preços inferiores e produção crescente. Nenhuma outra amêndoa alcança preço superior a 60% da cotação da ACC; porém, elas tiveram crescimento médio na produção de 50%, na década de 80, e a ACC nada cresceu (FRANÇA, NOMISMA)^(7,11);
- n) alta concentração das exportações em um único comprador, no caso os E.U.A., com 80% da ACC e 50,5 do LCC, e redução do número de parceiros comerciais nos últimos anos (FRANÇA, 1988)⁽⁷⁾;

4 CENÁRIOS PARA O SISTEMA AGROINDUSTRIAL DO CAJU BRASILEIRO

Os dados da FIGURA 1 mostram claramente que, a despeito do incremento ocorrido na área colhida de 1975 até 1993, tem havido de fato produções oscilantes ao longo dos anos, resultado de uma conjunção de vários fatores, tanto em nível interno como externo, tendo como reflexo uma baixa no nível de produtividade.

Diante das ameaças enumeradas nos quatro segmentos enfocados (de apoio, agrícola, industrial, de distribuição e de consumo), uma análise de cenário remete a um futuro não muito promissor, a menos que se derive para os caminhos apontados como oportunidades do negócio "Caju".

Como inferência do diagnóstico, das ameaças e das oportunidades expostas neste artigo para o *agribusiness* do caju, três são os cenários que poderão ocorrer.

O primeiro deles mostra que, se nenhuma ação for desenvolvida, isto é, se não se alterar a tendência natural da atividade, a cajucultura regional contrair-se-á fortemente, tendo como resultado a perda da participação do País no cenário mundial e a redução de emprego da

mão-de-obra rural e urbana, apenas para citar um dos prejuízos sociais que advirão desse cenário.

Para que o produto se mantenha, em termos de comércio exterior, no mesmo patamar vigente, ou seja, com participação relativa crescente, é preciso que se concretize o mais rápido possível, e de forma agressiva, o que prevêem os protocolos* firmados entre os governos dos estados do Piauí, Ceará e Rio Grande do Norte, sindicatos de produtores e de industriais, bancos financeiros e empresas de pesquisa. Esses protocolos, que estabelecem as responsabilidades de cada signatário, foram assinados em 1993; porém, ainda não surtiram os efeitos que o negócio requer.

Outras medidas acessórias deverão ser tomadas com vistas à modernização e redefinição do modelo de produção, o que poderá ser alcançado através da articulação e engajamento dos agentes formadores da cadeia, no esforço de soerguer-se tão importante segmento econômico.

O terceiro cenário, embora possível, não se deverá concretizar, nem no médio nem no longo prazo; deve servir apenas como uma sinalização ideal, tendo em vista que requer mudanças estruturais fortes, tais como: prioridade nacional para soerguimento do setor, injeção expressiva de recursos subsidiados, mudança do perfil gerencial dos agentes do sistema, forte campanha de *marketing* no exterior e, por fim, renovação dos plantios com material genético de boa qualidade.

5 CONCLUSÕES

Com relação ao primeiro cenário, ou seja, o de estagnação ou decréscimo proeminente da importância da cajucultura do Brasil no cenário mundial, ele poderá vir a ocorrer, na medida em que os agentes do setor desprezem a cajucultura, da forma como foi feito com outros produtos que, em tempos passados, representaram riqueza e fonte de divisas, a exemplo do algodão e da cera de carnaúba.

O despontar de países asiáticos que começam a marcar sua presença no mercado mundial por meio da plantação de novos pomares e do investimento maciço em pesquisa agrícola e industrial visando ao aumento da produtividade e ao aprimoramento da qualidade do produto, é

* Os protocolos são coordenados pelos secretários de agricultura dos três estados signatários.

uma grave ameaça ao Brasil. A Região Nordeste poderá, no entanto, manter-se competitiva, investindo mais especificamente em pesquisa e tecnologia e através do efetivo cumprimento dos protocolos, recentemente firmados, com os agentes formadores da cadeia agroindustrial do caju.

Ao longo do presente trabalho, ficou constatado que, em termos quantitativos, o Brasil ainda não perdeu sua expressiva participação no mercado mundial de ACC e LCC. Esse indicador, contudo, não pode ser analisado de forma estanque, uma vez que outros fatores como a produtividade, que vem apresentando um decréscimo crônico, e a tendência na queda da cotação da ACC, em virtude da menor qualidade de nossa amêndoas e do aumento da concorrência externa, são fatores que comprometem sobretudo o futuro da cajucultura do Brasil.

Para que se possa obter a melhoria da qualidade do produto e aumento nos níveis de rendimento agrícola, é preciso que haja a junção de forças, no sentido do correto direcionamento das ações e instrumentos requeridos para reverter a tendência contracionista do agribusiness do caju.

Essa mudança estrutural passa principalmente pela observância de três pontos: a) da introdução de novas tecnologias, no sentido de melhorar a qualidade do produto final; b) da tentativa de aumentar o número de países importadores de ACC do Brasil; c) da disseminação de unidades fabris de pequeno porte.

Com relação ao ponto "a" acima, a despeito de ser uma medida de longo prazo, é necessário que as instituições responsáveis e envolvidas no aprimoramento e soerguimento da cultura caminhem em parceria, priorizando esforços em treinamento e pesquisa, a exemplo do que está acontecendo nos países emergentes.

A diversificação do mercado demandador da ACC é por demais desejável, uma vez que um aumento da produção teria boa acolhida no mercado externo, em face da demanda reprimida e do privilégio que goza a ACC, como produto nobre e exótico em todos os países do mundo.

Como exemplo de mercados importadores altamente concentrados, tem-se os E.U.A. que importam 80,0% da castanha produzida no Brasil e 38,5% da produzida na Índia. Mais da metade da castanha consumida no Canadá é de origem brasileira, enquanto em países como a Holanda, Alemanha e Inglaterra, o Brasil concorre

com 14,9%, 8,9% e 5,5%, respectivamente, do produto adquirido por aqueles países.

A disseminação de unidades fabris de pequeno porte deve ensejar a mudança de perfil do setor, no sentido da desconcentração industrial, com interiorização do desenvolvimento.

ABSTRACT:

The present work is an effort of showing the importance of the agroindustrial system of the Brazilian cashew in the international market of this almond and also the probable tendency of this system, considering the strong competition that is growing. Opportunities and threats on the various stages of the cashew agribusiness, and based on the evidences there are presented three sceneries: the first one, pessimist, where it is showed that if the activity remains in the same situation, it tends to suffer contraction; the second one, if situation remains in the present stage which demands modernization and strong articulation among the agents of each step involved: the third scenery, the less probable to occur, is the one in which a global effort must happen as well as the one made during the great expansion of the regional cashewculture, in the 70's. For this, however, it will be taken into account social, economic and technical efficiency and efficacy.

KEY WORDS:

Cashew Nut Industry; International Market; Competititvity; Brazil-Northeastern Region.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

1. CASHEW BULLETIN. The Cashew Export Promotion Council of Índia. Cochin-India (vários anos).
2. COMMODITY WEEK. The Public Ledger's (vários anos).
3. EDIBLE NUT MARKET REPORT. Man-Producten Rotterdam B.V. (vários anos).
4. FIEC/SINDICAJU. *WORKSHOP SOBRE A COMPETITIVIDADE DA CADEIA AGROINDUSTRIAL DO CAJU*. Fortaleza, 1993.

5. FRANÇA, F. Mavignier C. *A Agricultura do Nordeste nas duas últimas décadas*, Fortaleza: BNB-ETENE, 1994. (no prelo).
6. _____. *Análise econômica da cajucultura do Brasil*. Fortaleza, [s.l.]1992 (mimeo.)
7. _____. *Produção, comercialização e mercado*. In: LIMA, V. P. M. S., coord. *A Cultura do cajueiro no Nordeste do Brasil*. BNB-ETENE/EPACE, 1988.
8. FUNDAÇÃO IBGE. *Levantamento sistemático da produção agrícola: dez/93*, Rio de Janeiro, 1994.
9. INTERNATIONAL NUT COUNCIL. *The Cracker. 2/93*, Switzerland, 1993.
10. LIMA, V. P. M. S. coord. *A Cultura do cajueiro no Nordeste do Brasil*. Fortaleza: BNB-ETENE/EPACE, 1988.
11. NOMISMA. *The world cashew economy: l'inchiosstroblu*. Bologna, Italy, 1994.
12. SOARES, J. B. *O caju: aspectos tecnológicos*. Fortaleza: BNB, 1986.

Recebido para publicação em 04.07.95.

**PUBLIQUE NA SEÇÃO
DOCUMENTOS TÉCNI-
CO-CIENTÍFICOS
SEUS ARTIGOS
E COMUNICAÇÕES**

*Leia antes as normas para
apresentação de originais
ou fale com a REN.
Tel: (085) 800.3137
Fax: (085) 299.3524*